



A IMPORTÂNCIA DO AMADURECIMENTO EMOCIONAL PARA O PROCESSO DE RECONHECIMENTO DOS ADOLESCENTES

Janaína Fassinato Pio de Almeida*
Najwa Dagash*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender em que medida o amadurecimento emocional e a luta por reconhecimento estão relacionados. Tendo como base teórica Axel Honneth e Donald Winnicott, seus conceitos sobre relações objetivas e laços sociais. A teoria de Honneth tem forte ligação com os estudos de Winnicott em relação as relações primárias e como elas preparam saudavelmente ou não o sujeito para se relacionar socialmente e lutar por reconhecimento. Para ambos os autores, essa relação é constitutiva para a formação da personalidade do adolescente. Faz-se necessário conceituar adolescência para refletirmos sobre a formação da identidade adolescente.

Palavras-Chave: Amadurecimento Emocional; Reconhecimento; Adolescentes; Honneth; Winnicott.

THE IMPORTANCE OF THE EMOCIONAL MATURITY FOR THE ADOLESCENT RECOGNITION PROCESS

ABSTRACT

This article aims to understand how the emotional maturation and the struggle for recognition are related. Based on Axel Honneth and Donald Winnicott theory, in their concepts on object relations and social ties. Honneth's theory has a strong connection with Winnicott's studies of primary relations and how they healthily prepare the individual to socially relationship and fight for recognition. For both authors, this relationship is constitutive for the formation of adolescent personality. It is necessary to conceptualize adolescence to reflect on the formation of adolescent identity.

Keywords: Emotional Maturity; Recognition; Adolescents; Honneth; Winnicott.

1 INTRODUÇÃO

* Mestranda em Direitos Humanos – bolsista CAPES – pelo Centro Universitário Ritter dos Reis - Laureate International Universities, Pós-graduanda em Direito da Criança e do Adolescente pela Fundação do Ministério Público, Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Ritter dos Reis - Laureate International Universities. Endereço Postal: Rua Orfanotrófio, 555, Alto Teresópolis, Porto Alegre - RS, 90840-440. E-mail: jpiodealmeida@gmail.com. ORCID <http://orcid.org/0000-0002-5211-9383>.

* Mestranda em Direitos Humanos - bolsista CAPES, Especialista em Direito Público com ênfase em Direito Administrativo e Graduada em Direito pelo Centro Universitário Ritter dos Reis - Laureate International Universities - UniRitter. Endereço Postal: Rua Orfanotrófio, 555, Alto Teresópolis, Porto Alegre - RS, 90840-440. E-mail: najwadagash@hotmail.com. ORCID <http://orcid.org/0000-0001-9148-1687>.





Segundo Aberastury (1981), a passagem pela adolescência compõe uma fase de intensas mudanças e indagações que permeiam as relações intrapessoais e interpessoais. O adolescente é visto ora como criança, ora como adulto, sendo que os papéis sociais são estabelecidos dependendo das circunstâncias, e a partir deles ele é reconhecido pela família e pela sociedade como um sujeito incompleto. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 1990, define adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos.

A adolescência representa um período de grandes alterações tanto psíquicas quanto físicas e sociais. O sujeito ao iniciar a fase da adolescência enfrenta momentos de luto pela perda do corpo infantil, da própria infância, da sexualidade infantil e dos pais infantis. A perda de uma identidade infantil, de um corpo infantil exige que o sujeito construa uma nova identidade social e psíquica. Podemos inferir que muitas vezes essas perdas geram um grande sofrimento uma vez que é preciso romper com toda uma construção realizada até ali.

Desconstruir os pais, idealizados, da infância representa uma ruptura no processo de identificação do sujeito, essa ligação afetiva com os objetos parentais muitas vezes estruturante, causa sofrimento com a chegada da adolescência. As formas de luto correspondem a várias perdas da personalidade infantil, as quais fazem com que o adolescente tenha que buscar uma nova identidade a fim de que possa assegurar a sua condição de adulto. (ABERASTURY; KNOBEL, 1981).

Entrar na adolescência significa a perda da identidade de criança, quando novas relações são construídas: relações com o corpo e suas transformações, com os pais da infância e com os grupos sociais. Todas essas novas relações passam por um processo de luto tanto por parte do adolescente, em relação a sua identidade infantil, como por parte dos pais, que passam pelo desprendimento do filho criança.

Aberastury e Knobel (1981), definem adolescência como um processo do desenvolvimento permeado de desequilíbrios e instabilidades o qual denominam de “síndrome normal da adolescência” é um momento perturbador tanto para o adolescente quanto para os adultos que convivem com o mesmo. Os autores reforçam a importância dessa perturbação para que o adolescente inscreva sua identidade para o mundo, sendo este o objetivo principal desta fase do desenvolvimento.

Para Winnicott (1983) a adolescência é o momento em que as fases anteriores são revividas, com o objetivo de atingir a maturidade, sendo um recomeço quanto à adaptação do



ambiente e dos cuidados que esses proporcionam. Este processo de amadurecimento pode ser interrompido por intromissões negativas devido à falta de um ambiente suficientemente bom. Segundo o autor: “De fato, existe somente uma cura real para a adolescência: o amadurecimento. Isso e a passagem do tempo resultam, no final, no surgimento da pessoa adulta”. (WINNICOTT, 2012a, p. 163).

Axel Honneth (2009), utiliza-se dos estudos de Winnicott o qual considera a teoria da relação objetal para pensar no sujeito e na sua constituição a partir da necessidade de um espelho de identificação em busca de dependência e autonomia. Para Winnicott, o amadurecimento é um processo de integração de vários aspectos que contribuem para a formação da personalidade. Estes aspectos foram escritos pelo pediatra e psicanalista Winnicott na década de 30 quando iniciou seus escritos na área com importantes conceitos que colaboram para o entendimento do desenvolvimento emocional.

Neste sentido, pretende-se identificar em que medida o amadurecimento emocional do adolescente contribui para o processo de reconhecimento. Para isso, se utilizará a Teoria do Reconhecimento de Honneth e conceitos das relações objetais de Winnicott. Faz-se necessário conceituar adolescência e demarcar questões psicossociais de forma interdisciplinar, compreender os processos identificatórios a partir da participação em grupos sociais, relações fora do âmbito familiar em um processo de autonomia dos laços familiares, quando o adolescente busca no social grupos que possibilitem identificações.

Erikson (1972) enfatiza a busca pela identidade nessa fase com o que nomeou como estágio da identidade *versus* confusão de papéis, momento em que o adolescente tenta descobrir quem realmente é e do que tem capacidade de fazer, quais seus pontos fortes e suas fraquezas. Nesta fase o investimento de energia do adolescente é muito intenso na busca de uma identidade sólida e aceita pela sociedade e sentem-se pressionados em relações a suas escolhas, para o autor, essa fase é fundamental para construção de alicerces para o início da vida adulta.

2 AMADURECIMENTO EMOCIONAL E O PROCESSO DE RECONHECIMENTO

Axel Honneth (2009) considera a constituição intersubjetiva do sujeito significativa e relaciona com o papel que ele exerce na sociedade, bem como sua interação grupal que potencializa suas capacidades de lutar contra os conflitos sociais. Honneth, em seu livro “Luta



por reconhecimento”, relaciona reconhecimento com as lutas e conflitos que vão constituindo a identidade social do sujeito.

A compreensão de como se dá o processo de amadurecimento emocional do sujeito se dará, nessa produção, ao relacionar a teoria de Honneth aos conceitos de Winnicott, a contribuição da Psicanálise para o entendimento dos processos constitutivos do sujeito, a fim de que ele se coloque no social enquanto um sujeito seguro, maduro e com capacidade de lidar com as frustrações que a vida em sociedade pode gerar.

Suas contribuições para o entendimento de como o adolescente vivencia as formas de desvalor social colaboram para a compreensão de como os eles internalizam esse desvalor em um momento fundamental na construção de identidade a partir das relações sociais que se estabelecem, essa desvalorização atua na subjetividade do adolescente.

O tratamento dado ao adolescente, em especial no que se refere as relações estabelecidas pelos laços sociais construídos desde as primeiras relações, Winnicott (1983) enfatiza relações primárias, sob a perspectiva da relação mãe bebê como a relação fundamental para todas outras, com a dependência absoluta e necessidade constante de ter o olhar da mãe constantemente, o bebê amparado por um ambiente seguro e o olhar da mãe como um espelho para seu desenvolvimento.

Winnicott (1983) enfatizou em seus estudos a importância de um ambiente que possibilite ao sujeito passar pelos estágios iniciais sem problemas para a conquista da capacidade de se preocupar com o outro, sendo esse o resultado dos cuidados que o sujeito recebeu, do ambiente suficientemente bom e das relações parentais suficientemente boas. Esses cuidados resultam na saúde psíquica do sujeito e especialmente do adolescente, e em como ele vai lidar com todas as mudanças em suas relações.

Segundo Winnicott (1983), a preocupação indica o fato do indivíduo se importar, ou valorizar, e aceitar responsabilidades. Essa capacidade será fundamental nas relações interpessoais, nas relações com trabalho e de construir laços afetivos mais evoluídos. Esse desenvolvimento emocional será a base das relações sociais e de como ele se colocará na enquanto cidadão, o amadurecimento emocional é um processo saudável da construção da personalidade do sujeito, sendo as ferramentas utilizadas nas relações sociais.

No desenvolvimento saudável é necessário que o bebê tenha um ambiente seguro e constante desde o início (já na gravidez), possibilitando que a mãe inicie um processo de muita sensibilidade às necessidades de seu bebê. Na teoria Winnicottiana, o Estágio do



Concern resulta na capacidade de preocupação com o outro, esse estágio está totalmente relacionado à saúde psíquica do sujeito.

Esta etapa do amadurecimento emocional baseia-se nas experiências relacionais e ambientais vividas pelo o bebê-criança ao longo de seu desenvolvimento. Nesse estágio também ocorrem as interações com o mundo externo e a capacidade do brincar criativo passa a ser fundamental para esse desenvolvimento saudável.

Winnicott (1983), em seus estudos, descreve a mãe suficientemente boa como uma pessoa comum capaz de proporcionar ao filho um ambiente continente e saudável. Winnicott (1983) refere três funções importantes da mãe suficientemente boa: *holding*, *manipular e apresentar objetos*. Essas funções podem ser exercidas pela mãe ou substituta dessa maternagem.

O *holding* tem muita relação com a capacidade que a mãe tem de identificar-se com o bebê e manter uma rotina de cuidados adequadas as necessidades do bebê, sendo de extrema importância nessa fase o *holding* físico quando a mãe transmite segurança para seu filho.

A manipulação desenvolve uma parceria entre a dupla mãe/bebê tornando para o bebê o irreal em real e favorecendo o vínculo afetivo de ambos. Na apresentação de objetos a mãe proporciona que seu bebê inicie o contato com o externo, de acordo com a etapa do desenvolvimento, abrindo possibilidades para o bebê se voltar para outras relações com segurança e ir em busca da independência, objetivo do processo de amadurecimento do bebê.

Para Winnicott (1983), é fundamental o cuidado materno ou paterno suficientemente bom para a saúde mental da criança, a mesma não será estabelecida sem que haja esses cuidados. Quando o ambiente familiar deixa de proporcionar as características essenciais para a sobrevivência da criança, ela sofre privação e então passa por um processo chamado de “complexo de privação”. Podemos inferir que a privação é a omissão de cuidados familiares que ocorrem em um momento importante da constituição psíquica, nesse momento já existe um grau de maturidade da personalidade onde a criança percebe que as relações familiares e ambientais não são mais as mesmas que antes.

Segundo Winnicott (1967, p.74):

Quando ocorre uma privação, em termos de um rompimento do lar, especialmente se houver uma desavença entre os pais, ocorre uma coisa muito séria na organização mental da criança. De repente, suas idéias e seus impulsos agressivos tornam-se inseguros. Penso que imediatamente a criança assume o controle que acabou de ser perdido e identifica-se com o novo quadro de referência familiar. Resultado: a criança perde sua própria impulsividade e espontaneidade. O nível de ansiedade é



tão alto que o ato de experimentar, que poderia fazê-la chegar a um acordo com a própria agressividade, torna-se impossível.

A falha ambiental é sentida pela criança não como uma simples carência afetiva e sim um desapossamento, termo utilizado por Winnicott para conceituar a perda de positivo para a criança que foi abruptamente retirado. O termo privação necessita de um antes e um depois do ocorrido, sendo o ponto exato do fato traumático para a criança. A privação se dá a partir de um distanciamento da relação materna. Esse afastamento é sentido pelo filho como uma omissão afetiva, de cuidados básicos e de estímulos. Esse distanciamento Winnicott chamou de “privação materna”.

Winnicott (1989) relaciona as privações vividas na infância como fundamental para o desenvolvimento da criança. A privação se dá quando o bebê ainda muito pequeno viveu uma experiência marcante de abandono e não deu tempo de ser desenvolvido na mente a capacidade de diferenciar o eu e o não-eu.

Honneth (2009) procura mostrar, em conjunto com os escritos de Winnicott, que capacidades como autoconfiança são construídas a partir das relações sociais da criança, sendo a autoconfiança a base para as demais relações sociais que o sujeito terá ao longo de sua vida. A partir da formação dessa base constitutiva o sujeito vai iniciando suas capacidades para integrar a vida pública, exercer cidadania e participar ativamente dos processos democráticos.

Reconhecer os Direitos enquanto sujeito é um passo importante para a vida pública, para Saavedra (2008) a autonomia do sujeito parte da sua participação enquanto sujeito de direitos. Saavedra, analisa a primeira esfera do reconhecimento pensando por Honneth, que corresponde as formas de desrespeito vivenciadas pelo sujeito, definidas como maus tratos e violação, nessa esfera a violência sofrida é psíquica, interna e atua na constituição da personalidade da pessoa privada de amor e respeito.

Sendo uma privação do sujeito de direitos, influenciando nas condições da pessoa de atuar enquanto pessoa pública na sociedade, a privação de direitos gera no sujeito sentimentos que atuam intersubjetivamente e vão sendo internalizados pelo sujeito, até que ele se comporte como um sujeito sem direitos, o sentimento de injustiça ocupa um espaço importante na construção dessa identidade social da pessoa.

Para Honneth, a experiência do desrespeito e da privação de direitos é considerada motivacional para a luta por reconhecimento, já que ela surge de um conflito entre sujeito e



sociedade. Esse tensionamento contribui para que o sujeito busque por direitos e consequentemente instale em suas relações sociais a luta por reconhecimento.

3 ADOLESCÊNCIA E O PROCESSO DE RECONHECIMENTO

Sabe-se do papel social dado aos adolescentes, enquanto sujeitos sociais, dos obstáculos históricos que se superam para que os jovens sejam socialmente vistos e que essa visibilidade tenha voz. Assim como a infância, a adolescência também surge marcada por desigualdades e privações de direitos, com significados históricos de um modelo de invisibilidade social, e ao longo dos anos vai se construindo no imaginário social, somente, como um momento de crises.

Ariès (1981) diz que, até o século XVIII, não havia espaço para a termo adolescência, e se confundia com a fase da infância, sem um lugar social era uma maneira de separação da criança do adulto. No século XIX a adolescência passa a ocupar lugar como um grupo social e não como uma faixa etária que antecedia a fase adulta, essa construção histórica surge com a concepção de inocência e fragilidade da criança, com o passar do tempo a infância foi conquistando espaço no contexto social, com liberdade, autonomia e vista como sujeito de direitos.

Essa infância construída socialmente, na modernidade, acompanha um contexto histórico social, econômico e geopolítico construindo diferentes infâncias, existem diferentes tipos de infâncias, cada uma com sua realidade social e isso inclui a efetivação dos direitos fundamentais de infância vivida, os cuidados que cada criança recebe e principalmente do seu papel social.

Considerando a linha de compreensão biológica, a puberdade seria o marcador principal da adolescência:

O início da puberdade, que pode ser considerada uma linha de demarcação clara entre infância e adolescência [...] ocorre em momentos significativamente diferentes para meninas e meninos, assim como para indivíduos diferentes do mesmo sexo. Em média, as meninas iniciam a puberdade de 12 a 18 meses antes que os meninos [...] Além disso, evidências mostram que a puberdade está começando cada vez mais cedo – a idade da puberdade para meninas e meninos diminuiu em três anos completos ao longo dos dois últimos séculos, o que se deve amplamente a padrões mais altos de saúde e nutrição. (UNICEF, 2011, p. 8).



De acordo com o Unicef (2011, p. 6), a fase inicial da adolescência decorre dos 10 aos 14 anos de idade e a sua fase final fica entre os 15 e 19 anos de idade, pois, “em geral, é nessa etapa que começam as mudanças físicas, normalmente com uma aceleração repentina do crescimento, seguida pelo desenvolvimento dos órgãos sexuais e das características sexuais secundárias”. (UNICEF, 2011, p. 6).

É nesse sentido que Athayde (2005) diz que a adolescência não é igual para todos adolescentes, ela é para cada contexto social um momento diferente “salta-se direto da infância para o mundo do trabalho (ou do desemprego)”, ou seja cada adolescente vivencia essa etapa de acordo com seu contexto social. (ATHAYDE, 2005, p. 208-211).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho e segundo a legislação brasileira, a definição de trabalho infantil se refere às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos, independentemente da sua condição ocupacional. Conforme a Constituição Federal, jovens menores de 16 anos só podem trabalhar, na condição de Jovem Aprendiz, a partir dos 14 anos de idade.

Para Winnicott (1987) a adolescência é o momento em que as fases anteriores são revividas, com o objetivo de atingir a maturidade, sendo um recomeço quanto à adaptação do ambiente e dos cuidados que esses proporcionam. , esse Este processo de amadurecimento pode ser interrompido por intromissões negativas devido à falta de um ambiente suficientemente bom. Segundo o autor: “De fato, existe somente uma cura real para a adolescência: o amadurecimento. Isso e a passagem do tempo resultam, no final, no surgimento da pessoa adulta”. (WINNICOTT, 2012a, p. 163).

Segundo Freud (1905), com a chegada da puberdade iniciam-se as mudanças que levam a vida sexual infantil a sua configuração normal definida, isto é, até o momento anterior dessa fase, a pulsão sexual era auto-erótica e na fase genital encontra o objeto sexual, sendo que as zonas erógenas se subordinam ao primado da zona genital como resultado da maturidade fisiológica.

Tanto as vivências quanto os desejos de consumo demarcam essas adolescências tão plurais e excludentes, não sendo vivenciada universalmente da mesma maneira. Adolescentes das periferias aprendem rapidamente que a busca constante é por oportunidades, seja uma oportunidade como estagiário, jovem aprendiz, cursos profissionalizantes para jovens, ou até



mesmo o primeiro emprego, no imaginário social os 14 anos demarcam o início para a busca de oportunidades, como se ali fosse ser decidido o futuro, e para algumas famílias ali se decide o presente, a contribuição financeira é importante para sobrevivência.

Aos 14 anos se inicia uma etapa de produção, de uma invisibilidade adolescente para uma visibilidade de produção laboral, as relações de consumo ficam marginalizadas, objetos de desejos e de identidade ficam cada vez mais distantes e o desejo passa a ser simbólico, a marca, as roupas dos jogadores de futebol, os tênis passam a integrar um imaginário social e a necessidade do objeto de valor como forma de reconhecimento social.

Nessa realidade social o adolescente inicia seu processo de distanciamento da escola, a busca constante pela oportunidade de uma vida digna e conseqüentemente pelo reconhecimento, estabelece esse afastamento da escola e culmina na evasão escolar. Os dados do Censo Escolar de 2018, demonstram a precarização dos dispositivos de atendimento das crianças e adolescentes, em relação aos recursos humanos e materiais para trabalhar na permanência na escola, segundo o Censo referente ao ano de 2018, o Ensino Fundamental (de 1º a 9º ano), que é o período que concentra maior quantidade de alunos, também teve redução de 4,9% nas matrículas em relação a 2014. O Fundamental 2 (6º a 9º) soma a maior parte: 758.828 alunos a menos desde 2012. Desse resultado, vemos que o pior cenário é o do 9º ano: 8,3% a menos.

Diante das violações de direitos o adolescente permanece invisível socialmente, a desvalorização do sujeito e os desejos deixados de lado perpetuam o sentimento de injustiça e de não pertencimento social. Assumir esse lugar de invisível é a forma que o adolescente internaliza os papéis que a ele são apresentados pela sociedade.

Honneth (2009) fala que o desrespeito atua na capacidade do sujeito de se sentir reconhecido pela sociedade, podemos inferir que diante de tantas privações o adolescente, que passa pelo processo de desenvolvimento biopsicossocial, acaba não tendo espaço para adolecer, aquela adolescência com crises de identidades, com desejos intensos e os rituais de passagem acabam por ser outros.

Independente da cultura a adolescência é marcada por rituais de passagem, a passagem da infância para a adolescência faz parte do processo de identidade do sujeito na sociedade. Os rituais nos dias atuais também nos mostram o lugar social que o sujeito ocupa, para classes mais pobres a busca por oportunidades de trabalho acaba por ser um ritual, uma forma



de comunicar a sociedade que aquele jovem já está preparado para colaborar financeiramente com a família e produzir enquanto pessoa.

Enquanto para uns adolescentes o ritual é adquirir o direito a dirigir, prestar vestibular, e a necessidade de um tempo para organizar questões de escolha profissional com o direito a errar, fazer outras escolhas, conhecer o mundo e outras culturas, em uma realidade social bem mais cruel o adolescente não é reconhecido como um sujeito em formação biopsicossocial, ele precisa se adequar as necessidades da família.

A adolescência vista como uma transição da vida infantil para a vida adulta, nessa transição a busca é pela construção de uma identidade, de reconhecimento e de um lugar público, onde o sujeito possa se colocar ativamente enquanto sujeito de direitos. O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, visa incorporar o princípio do interesse superior da criança e do adolescente tanto nos processos de elaboração quanto nos de execução de atos legislativos, bem como de políticas, programas e ações públicas que deliberem sobre este segmento. Compete ao referido Sistema, portanto:

[...] promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes, de modo que sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento; colocando-os a salvo de ameaças e violações a quaisquer de seus direitos, além de garantir a apuração e reparação dessas ameaças e violações (CONANDA, 2006).

Tendo em vista as multifacetadas adolescências e juventudes vivenciadas existentes, tal regimento possui o escopo de enfrentar as manifestações mais distintas de desigualdade e iniquidade que possam ser reconhecidas, sejam estas embasadas pelas questões de gênero, raça/etnia, sexo, classe social, deficiência e/ou localidade geográfica. O Sistema de Garantia de Direitos fundamenta-se, assim, em abolir qualquer manifestação de violência que possa representar dificuldade à realização plena dos direitos humanos dos jovens, utilizando-se para tanto, dos instrumentos normativos próprios. (CONANDA, 2006).

A conquista da maturidade do adolescente necessita, também, do reconhecimento e das relações sociais que o adolescente tem. Todo processo de desenvolvimento humano é marcado por relações, e na adolescência essas relações ultrapassam as barreiras familiares e são colocados para a sociedade, como fundamentais para o desenvolvimento humano. Muitas são as formas de relações que ocorrem na adolescência, grupos sociais, contribuem para a construção de uma identidade coletiva que contribuem para o reconhecimento. Nessa fase o grupo atua como proteção das angústias e medos, potencializando suas capacidades de



autonomia e independência. No grupo ele se sente protegido para ser ele mesmo, para buscar sua identidade ou suas identidades de forma mais segura e sem censura.

A primeira forma de desrespeito está inscrita nas experiências de maus-tratos corporais, que destroem a autoconfiança de uma pessoa, a segunda forma é a que atua na moral, o rebaixamento que atua no autorrespeito. (HONNETH, 2009, p. 216). Essas formas caracterizam a identidade do adolescente socialmente em desigualdade dos demais, lhe é recusado um lugar no coletivo que é ocupado por pessoas que estão em um lugar a cima.

Ao ser privado de seus direitos sua capacidade de autorrespeito e autorrealização é anulada a possibilidade de se reconhecer enquanto sujeito de direitos, um conflito identificatório surge com a desvalorização social. O sentimento de vergonha demonstra o sentimento de desvalor internalizado no sujeito. Nessas reações emocionais de vergonha, a experiência de desrespeito pode tornar-se o impulso motivacional de uma luta por reconhecimento. (HONNETH, 2009, p. 224).

Nesse sentido é importante proporcionar para os adolescentes, territórios capazes de produzir um espaço de produção e de luta, instituições que contribuam para o desenvolvimento social e político dos adolescentes e que favoreça a efetivação de seus direitos sociais estimulando participação política, exercício de liderança e construção social.

Sposito (2003) entende que a dimensão ético-política dos fins da ação, e deve se aliar, necessariamente, a um projeto de desenvolvimento econômico-social e implicar formas de relação do Estado com a sociedade, em relação a participação social ativamente voltada para os direitos sociais garantidos, sendo espaço de luta por reconhecimento, construção de cidadania e liberdade.

Segundo Souza o objetivo de Honneth (2003) é uma tentativa de:

[...] desenvolver em toda consequência um conceito de sociedade, e especialmente de mudança social, a partir da dinâmica de uma luta por reconhecimento. Seriam as motivações morais das lutas de grupos sociais que, enquanto tentativa coletiva, permitem a progressiva institucionalização e aceitação cultural das dimensões do reconhecimento recíproco. (SOUZA, 2000, p. 24).

Segundo Lapoujade (2015, p. 231), “a forma-cidade e a forma-Estado são potencialidades das sociedades nômades, embora incessantemente combatidas pela potência de sua máquina de guerra”. O sujeito está constantemente implicado na sua produção social, como uma máquina engendrada para funcionar em um movimento que se relaciona entre si. A luta pelo reconhecimento, surge como uma relação social que se estabelece, entre os



adolescentes protagonistas e as políticas públicas desenvolvendo lideranças sociais dentro dos territórios.

O espaço é produzido pelo social, construído do imaginário social e das representações que nele são colocadas, das pessoas que ali se constituem como sujeitos e criam identidades singulares, essas identidades criam a identidade grupal e passa a fazer sentido para os que ali integram. O sujeito, então, representa aquele território e ao mesmo tempo é representado por ele, a identidade da pessoa não é dissociada da identidade territorial.

A subjetividade é uma perspectiva de como o sujeito se constitui no social, pensando como o campo social atua fortemente na produção de subjetividade do sujeito, estando constantemente em transição. O sujeito compõe-se através dos modos de relações no campo social, a potência dessa relação está na capacidade do sujeito em produzir um campo simbólico para essa transição.

O processo de subjetivação se dá integrado com a relação que o sujeito tem com o espaço em que vive. Da forma que ele é reconhecido pela sociedade e seu papel político, a participação política social. A urbanização das cidades inclui de alguma forma os excluídos, essa inclusão se dá pelo olhar daqueles que estão alinhados com os desejos sociais das maiorias, daqueles que são produtores para o social.

De acordo com Pereira (2014, p. 54), as necessidades humanas básicas representam condição primária à efetivação da democracia, pelo fato de serem as responsáveis por proporcionar a saúde física e a autonomia do sujeito, sendo a primeira uma condição biológica sem a qual “ninguém é capaz de agir e participar como um ser humano de fato. E, a segunda, porque o ser humano também tem necessidade de exercer a sua autonomia”.

Ainda conforme Pereira (2014, p. 54),

A autonomia encontra-se dividida em de agência (capacidade de agir, informado sobre o que deve ser feito e como proceder para fazer) e de crítica, a um nível mais elevado de participação, isto é, de poder crescer como ser social e sociável, criticar o mundo em que vive e, se necessário, agir para mudá-lo. Este é o mais importante tipo de autonomia que todas as pessoas devem ter acesso, porque é ele que constitui o pré-requisito essencial à inovação e à livre criatividade, tão necessárias às transformações.

Neste sentido, como o nome propriamente refere, tais necessidades são básicas à manutenção de uma vida com dignidade humana, onde os direitos mais primordiais oferecem a base para a concretude de uma existência pautada pela participação cidadã, tendo em vista que a compreensão de cidadania contemplada aqui, tem como sustentação a concepção de



Vicente de Paula Faleiros, o qual afirma que:

A cidadania se constitui no exercício dos direitos civis, políticos, sociais, ambientais, éticos, que foram construídos historicamente, através das leis, normas, costumes, convenções, que fazem com que os indivíduos sejam reconhecidos como membros ativos de uma determinada sociedade, podendo exigir dela os seus direitos, ao mesmo tempo que ela lhe exige determinados deveres comuns. Os deveres do Estado são, por sua vez, direitos do cidadão (FALEIROS, 1997, p. 60-61).

Os modos como as pessoas circulam pela cidade dizem de como ela é vista socialmente, cada vez mais o valor pago por essa circulação aumenta, o que acaba por excluir parte da população dessa troca diária. É nas relações que as trocas acontecem, nos momentos de circulação espacial que as representações que já estão dadas se transformam.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível observar, ao longo do trabalho, Honneth integra seus estudos de com a teoria de Winnicott, busca compor seus estudos sobre a luta por reconhecimento como construção a partir de um desenvolvimento psicológico saudável e adequado para cada fase do desenvolvimento, onde o sujeito necessita de uma base relacional com as relações de objeto descritas por Winnicott em suas obras sobre o amadurecimento emocional, demonstra a importância do ambiente suficientemente bom e das relações objetivas como base para o amadurecimento psíquico.

Para Honneth, as relações de objetos primários servem de espelho para as relações sociais, são elas que preparam o sujeito para viver coletivamente e lutar por reconhecimento, dessa forma, participar de grupos sociais que possam representar esse espelho contribui para o fortalecimento do sujeito, adolescente, socialmente ativo.

Compreender que a adolescência é a consolidação de um processo de amadurecimento fundamental na constituição do sujeito iniciado antes do nascimento, onde ambiente e relações contribuem para o desenvolvimento das fases do desenvolvimento humano. Nesta fase o sujeito passa pelos lutos e pelas crises que dão conta de todos esses conflitos gerados pelas desconstruções necessárias. Os cuidados iniciais da mãe com seu filho serão decisivos para que o jovem consiga lidar com as angústias da adolescência.

É importante um ambiente suficientemente bom, que se dá nos primeiros anos de vida, onde o sujeito será encorajado a seguir seus desafios com maior segurança em si mesmo. Um



ambiente continente e seguro nesse processo de amadurecimento faz com que o jovem consiga distanciar-se da família com aquela segurança que terá holding, ou seja, uma sustentação para seus conflitos.

É possível pensarmos que mediante os cuidados maternos e paternos, com um ambiente que ofereça cuidados satisfatórios e que a criança não passe por situações de privação das relações e do ambiente será possível uma adolescência onde a criança não necessite pedir socorro através da destrutividade e que possa desenvolver a capacidade de preocupar-se com o outro, que a energia fique deslocada para questões saudáveis e socialmente aceitas.

A constituição do processo de amadurecimento emocional, que inicialmente ocorre com a relação objetal mãe e bebê, oferece segurança para que o sujeito constitua sua identidade individual e socialmente inserido, essa segurança emocional contribuirá para que ele integre a vida pública e suas relações se ampliarão para a coletividade. A maneira com que ele é reconhecido socialmente refletirá na forma com que os laços sociais irão se estabelecer. Os sentimentos gerados no sujeito serão dispositivos para a forma com que ele irá participar publicamente da vida em sociedade.

Honneth em sua obra “Luta por reconhecimento”, busca mostrar que as relações de reconhecimento se dão a partir de sentimentos gerados pelas relações objetais vivenciadas pelo sujeito desde suas primeiras formas de se relacionar com o mundo. O autor nos mostra que a luta por reconhecimento parte de um conflito e de uma privação de direitos, assim como Winnicott que também utiliza o conceito de privação para desenvolver sua teoria sobre amadurecimento emocional e relação objetal.

Ambos autores relacionam a privação com violação de direitos, Winnicott fala da violação do direito do bebê em ter o cuidado e o amor da mãe e de um ambiente que contemple suas necessidades, em uma relação simbiótica inicialmente necessária, e Honneth fala da violação de direitos enquanto sujeito de direito, uma ameaça para o reconhecimento social. Na perspectiva de atuação ético-política pensando na ideia de luta é fundamental a criação de políticas públicas que atuem nos territórios, nas comunidades e nos espaços de produção de subjetividade da juventude.

REFERÊNCIAS





ARIÉS, Philippe. **A história social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luis Eduardo. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Ministério da Justiça, 1990.

CONANDA. **Direitos da Criança**. Disponível em:
<https://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda>. Acessado em: 02/09/2019

COSTA, Ana Paula Motta. **Os adolescentes e seus direitos fundamentais: da invisibilidade à indiferença**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

ERIKSON, E. H. **Infância e Sociedade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1987.

ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

GURSKI, Rose. **Três ensaios sobre juventude e violência**. São Paulo: Escuta, 2012.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2009.

INEP. **Censo Escolar**. Disponível em:
http://portal.inep.gov.br/busca?_3_keywords=censo&_3_formDate=1441824476958&p_p_id=3&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_count=1&_3_struts_action=%2Fsearch%2Fsearch&_3_groupId=0&_3_cur=1&_3_format=. Acesso em: 01/09/2019

LAPOUJADE, David. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. São Paulo. 2005. P. 231

LEVISKY, David Léo. **Adolescência: reflexões psicanalíticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

OIT. **O trabalho infantil no Brasil**. Disponível em:
http://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-infantil/WCMS_565212/lang--pt/index.htm.
Acesso em: 01/09/2019.



PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo: Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes.** Brasília, 2013.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2011.

SAAVEDRA, Giovani Agostini; SABOTTKA, Emil Albert. **Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth.** Civitas, v. 8, n1, jan-abr. Porto Alegre: 2008.

SOUZA, Jessé. **A construção sociais da subcidadania. Para uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes.** Brasília, 2004. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000135923>. Acessado em: 02/09/2019

WINNICOTT, Donald W. (1896-1971) **A família e o desenvolvimento individual.** São Paulo: Martins Fontes, 2011.

WINNICOTT, Donald W. (1896-1971). **Tudo começa em casa.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WINNICOTT, Donald W. (1983). **O ambiente e os processos da maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

WINNICOTT, Donald W. (2005a). **Privação e delinquência.** São Paulo: Martins Fontes, 1987